



Resolução	Conama	369	28 de março de 2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
Resolução	Conama	237	19 de dezembro de 1997	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.
Constituição	Estadual		5 de outubro de 1989	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO TÍTULO VI - Da Ordem Econômica CAPÍTULO II - DO DESENVOLVIMENTO URBANO artigos 180 a 183
Emenda Constitucional	Estadual	23	31 de janeiro de 2007	Que dispõe sobre a permissão de desafetação de áreas de uso público ocupadas para a regularização fundiária de interesse social
Lei	Estadual	10.083	23 de setembro de 1998	Código Sanitário do Estado de São Paulo
Decreto	Estadual	52.053	13 de agosto de 2007	Reestrutura o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB e dá providências correlatas
Decreto	Estadual	52.052	13 de agosto de 2007	Institui o Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal, no âmbito da Secretaria da Habitação e dá providências correlatas
Provimento	Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo	58/89	28 de novembro de 1989	NORMAS DE SERVIÇO DA CORREGEDORIA - CAPÍTULO XX - DO REGISTRO DE IMÓVEIS - Seção V - Dos Loteamentos de Imóveis Urbanos e Rurais: itens 147 a 198 - Seção VI - Subseção II - Regularização de Condomínios: itens 216 a 217
Resolução	Secretaria da Habitação	3	11 de janeiro de 2008	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Regularização do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - "Cidade Legal"
Resolução	Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SMA	54/2007	19 de dezembro de 2007	Dispõe sobre o licenciamento ambiental e regularização de empreendimentos urbanísticos e de saneamento básico considerados de utilidade pública e de interesse social e dá outras providências.
Provimento	Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo	02/2005	21 de janeiro de 2005	Dispõe sobre os procedimentos referentes a retificação administrativa dos registros imobiliários, introduzidas pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.
Provimento	Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo	10/2004	29 de abril de 2004	Acrescenta a Subseção II da Seção VI do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, tratando acerca da regularização condominial.